

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	51
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	405.720.000
Preferenciais	0
Total	405.720.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	7.894	8.510
1.01	Ativo Circulante	2.609	2.610
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	13
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.605	2.597
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.602	2.597
1.01.08.01.01	Partes Relacionadas	2.602	2.597
1.01.08.03	Outros	3	0
1.02	Ativo Não Circulante	5.285	5.900
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.285	5.900
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.285	5.900

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	7.894	8.510
2.01	Passivo Circulante	928	866
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	109	89
2.01.03	Obrigações Fiscais	817	775
2.01.05	Outras Obrigações	2	2
2.01.05.02	Outros	2	2
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2	2
2.02	Passivo Não Circulante	16.769	12.879
2.02.02	Outras Obrigações	205	233
2.02.02.02	Outros	205	233
2.02.02.02.04	Parcelamento Impostos	205	233
2.02.04	Provisões	16.564	12.646
2.02.04.02	Outras Provisões	16.564	12.646
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	16.564	12.646
2.03	Patrimônio Líquido	-9.803	-5.235
2.03.01	Capital Social Realizado	49.107	49.107
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.811	3.871
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-109.526	-104.050
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.412	47.622
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-607	-1.785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.760	-21.829
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-614	-182
3.04.02.01	De Administração	-509	-46
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-105	-136
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20	-6
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.126	-21.641
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.760	-21.829
3.06	Resultado Financeiro	-16	-54
3.06.02	Despesas Financeiras	-16	-54
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.776	-21.883
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.776	-21.883
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.776	-21.883
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01426	0,22653
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01426	0,22653

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-650	-242
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-5.776	-21.883
6.01.01.02	Resultado de Equivalencia Patrimonial	5.126	21.641
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	641	242
6.01.02.01	Outras Contas a Receber	607	0
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20	7
6.01.02.03	Salários a Pagar e Provisões	20	32
6.01.02.04	Outras Contas a Pagar	-6	49
6.01.02.05	Partes Relacionadas	0	154
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.107	0	3.871	-104.050	45.837	-5.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.107	0	3.871	-104.050	45.837	-5.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.536	968	-4.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.776	0	-5.776
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	240	968	1.208
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	210	-210	0
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	30	1.178	1.208
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-60	60	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-60	60	0	0
5.07	Saldos Finais	49.107	0	3.811	-109.526	46.805	-9.803

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.694	0	4.021	-74.927	47.515	-13.697
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.694	0	4.021	-74.927	47.515	-13.697
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.883	0	-21.883
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.883	0	-21.883
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-62	62	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-62	62	0	0
5.07	Saldos Finais	9.694	0	3.959	-96.748	47.515	-35.580

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-486	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-486	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-486	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-486	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-5.126	-21.641
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.126	-21.641
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-5.612	-21.641
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-5.612	-21.641
7.08.01	Pessoal	105	168
7.08.01.04	Outros	105	168
7.08.01.04.01	Honorários da Diretoria	105	168
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43	20
7.08.02.01	Federais	43	20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16	54
7.08.03.01	Juros	16	54
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.776	-21.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.776	-21.883

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	211.968	207.140
1.01	Ativo Circulante	38.630	34.858
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	431	859
1.01.03	Contas a Receber	9.827	7.102
1.01.03.01	Clientes	9.827	7.102
1.01.03.01.01	Clientes	10.372	7.471
1.01.03.01.02	Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	-545	-369
1.01.04	Estoques	11.021	7.218
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.715	16.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.715	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.636	3.536
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.602	2.598
1.01.08.01.01	Partes Relacionadas	2.602	2.598
1.01.08.03	Outros	1.034	938
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	999	717
1.01.08.03.02	Créditos Diversos	35	221
1.02	Ativo Não Circulante	173.338	172.282
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.995	42.667
1.02.01.03	Contas a Receber	615	610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	615	610
1.02.01.05	Ativos Biológicos	214	277
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.584	5.584
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	5.584	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	36.582	36.196
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.062	970
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	35.520	35.226
1.02.03	Imobilizado	130.134	129.402
1.02.04	Intangível	209	213

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	211.968	207.140
2.01	Passivo Circulante	80.969	92.649
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.886	7.878
2.01.02	Fornecedores	22.401	21.897
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.401	21.897
2.01.02.01.01	Fonecedores	15.596	15.052
2.01.02.01.02	Fornecedores de Ativo Fixo	6.805	6.845
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.527	32.842
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.287	22.269
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.287	22.269
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.287	22.269
2.01.05	Outras Obrigações	13.868	7.763
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	-6	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	-6	0
2.01.05.02	Outros	13.874	7.763
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	42	41
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	3.733	2.150
2.01.05.02.05	Obrigações a Pagar por Contrato	42	42
2.01.05.02.06	Faturamento Antecipado	4.279	1.257
2.01.05.02.07	Titulos Descontados	2.297	923
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	3.481	3.036
2.01.05.02.09	Saques Negociados	0	314
2.02	Passivo Não Circulante	140.834	119.753
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.041	8.965
2.02.02	Outras Obrigações	113.752	91.633
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.511	2.856
2.02.02.02	Outros	102.241	88.777
2.02.02.02.03	Fornecedor de Ativo Fixo	3.304	4.501
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	91.883	77.405
2.02.02.02.05	Obrigações a Pagar por Contrato	4.836	4.836
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	2.218	2.035
2.02.03	Tributos Diferidos	15.919	16.033
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.919	16.033
2.02.04	Provisões	3.122	3.122
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.122	3.122
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-9.835	-5.262
2.03.01	Capital Social Realizado	49.107	49.107
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.811	3.871
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-109.526	-104.050
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.412	47.622
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-607	-1.785
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-32	-27

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.835	28.316
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-36.024	-24.879
3.03	Resultado Bruto	811	3.437
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.168	-3.623
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.927	-1.542
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.032	-2.611
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.006	1.054
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.215	-524
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.357	-186
3.06	Resultado Financeiro	-3.060	-3.963
3.06.01	Receitas Financeiras	490	609
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.550	-4.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.417	-4.149
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	631	-18.591
3.08.01	Corrente	-939	0
3.08.02	Diferido	1.570	-18.591
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.786	-22.740
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.786	-22.740
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.776	-21.883
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10	-857
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01426	0,2354
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01426	0,2354

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.105	3.150
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.939	-19.677
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-5.776	-21.883
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.325	1.624
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	176	35
6.01.01.06	Participação de Minoritários	-5	-859
6.01.01.07	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	1.133	1.209
6.01.01.09	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	0	197
6.01.01.10	Outros resultados abrangentes	1.208	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.166	22.827
6.01.02.01	Clientes	-2.901	-403
6.01.02.02	Estoques	-3.803	6
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-282	-275
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	2.134	45.650
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	181	-96
6.01.02.06	Faturamento antecipado	3.022	0
6.01.02.07	Partes Relacionadas	0	-3
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-92	-16
6.01.02.09	Fornecedores	544	136
6.01.02.10	Fornecedores de Ativo Fixo	-1.237	-1.522
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.951	38.873
6.01.02.12	Salários a Pagar e Provisões	8	-4.355
6.01.02.13	Adiantamento de Clientes	1.583	-29
6.01.02.14	Obrigações a Pagar por Contrato	0	-180
6.01.02.15	Provisão p/ Contingências	0	-55.159
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	628	-1.395
6.01.02.17	Despesas Pagas Antecipadamente	0	-12
6.01.02.18	Partes Relacionadas	0	1.607
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.990	-644
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-1.990	-644
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.667	-2.348
6.03.02	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	2.107
6.03.03	Pgto Empréstimos e Financiamentos	-3.039	-3.938
6.03.04	Dividendos Pagos	1	-517
6.03.05	Partes Relacionadas	8.645	0
6.03.06	Titulos Descontados	1.374	0
6.03.07	Saques Negociados	-314	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-428	158
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	859	379
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	431	537

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	49.107	0	3.871	-104.050	45.837	-5.235	-27	-5.262
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.107	0	3.871	-104.050	45.837	-5.235	-27	-5.262
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.536	968	-4.568	-5	-4.573
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.776	0	-5.776	-5	-5.781
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	240	968	1.208	0	1.208
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	210	-210	0	0	0
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	30	1.178	1.208	0	1.208
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-60	60	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-60	60	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	49.107	0	3.811	-109.526	46.805	-9.803	-32	-9.835

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.694	0	4.021	-74.927	47.515	-13.697	-679	-14.376
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.694	0	4.021	-74.927	47.515	-13.697	-679	-14.376
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.883	0	-21.883	-859	-22.742
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.883	0	-21.883	-859	-22.742
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-62	62	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-62	62	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.694	0	3.959	-96.748	47.515	-35.580	-1.538	-37.118

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	39.692	31.598
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.843	31.373
7.01.02	Outras Receitas	25	260
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-176	-35
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.698	-14.452
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-19.666	-6.931
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.032	-7.521
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.994	17.146
7.04	Retenções	-1.325	-1.624
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.325	-1.624
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.669	15.522
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	671	949
7.06.02	Receitas Financeiras	671	949
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.340	16.471
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.340	16.471
7.08.01	Pessoal	12.794	12.511
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.158	11.758
7.08.01.04	Outros	636	753
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	822	21.612
7.08.02.01	Federais	76	20.923
7.08.02.02	Estaduais	746	689
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.510	5.088
7.08.03.01	Juros	3.510	5.088
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.786	-22.740
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.776	-21.883
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-10	-857

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Minupar obteve receita líquida de R\$ 39,8 milhões no 1T2011, aumento de 38,7% em relação ao mesmo período de 2010. Esse aumento está relacionado à retomada dos abates próprios na unidade de Passo Fundo-RS, que ocorreram no mês de Novembro/2011. A produção dessa unidade é destinada ao Mercado Externo, com isso, as vendas desse mercado, apresentaram um incremento de 211%, se comparados ao mesmo período do ano de 2010. Já no Mercado Interno, nas operações comerciais com marcas próprias e nos contratos de industrialização para terceiros, verificou-se uma redução de 4,6%.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto da Minupar totalizou R\$ 0,8 milhão no 1T2011, ou 2,0% da receita operacional líquida. No mesmo período de 2010, representava 12,2% da receita operacional líquida e alcançou R\$ 3,5 milhões. Essa redução é justificada, principalmente, pela redução das margens nas operações comerciais do mercado externo, principalmente no segmento de carnes de frangos In-Natura, onde os custos de produção, pressionados pelo preço dos grãos (milho e soja) e aliados ao câmbio desfavorável, pressionam negativamente os resultados.

RESULTADO OPERACIONAL

As despesas com vendas totalizaram R\$ 2,9 milhões no 1T2011 e sua relação com a receita líquida apresentou aumento se comparado com mesmo período de 2009, de 5,4% para 7,4%. Esse incremento é resultante do perfil comercial das carnes de frangos no Mercado Externo, onde as operações são basicamente realizadas pela modalidade CIF.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 2,5 milhões no 1T2011 e sua relação com a receita líquida apresentou redução se comparado com o mesmo período de 2009, de 7,0% para 6,4%.

O resultado operacional antes das despesas financeiras e equivalência patrimonial (LAJIR ou EBIT) alcançou R\$ 3,6 milhões negativos no 1T2011, representando (9,0%) da receita operacional líquida, no mesmo período de 2010 resultou em R\$ 118 mil negativos, equivalente a (0,4%) em relação a receita líquida. Resultado de menores margens nas operações com o mercado externo, principalmente aquelas relacionadas ao segmento de carnes de frango e pelo incremento nas despesas comerciais.

O resultado financeiro líquido da Minupar totalizou R\$ 2,8 milhões negativos no 1T2011, contra R\$ 4,1 milhões negativos no 1T2010. Os principais valores que compõem o resultado financeiro são relacionados a juros de curto e longo prazo, juros a fornecedores, juros sobre impostos, juros de investimentos, variação monetária de contratos de câmbio, entre outros.

LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO

No 1T2011 a Minupar apresentou um Resultado Líquido de R\$ 5,8 milhões negativos, e no 1T2010 um Resultado Líquido de R\$ 22,7 milhões negativos.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA da Minupar no 1T2011 foi de R\$ 2,5 milhões negativos e de R\$ 1,4 milhão no mesmo período de 2010. Essa redução está diretamente relacionada as perdas verificadas nas operações do segmento de carnes de frango In-Natura no Mercado Externo, impactados principalmente pelos custos de produção pressionados pelos grãos (milho e soja) e pelo câmbio desfavorável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Minupar Participações S/A tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos de industrializados, aves e suínos. Comercializa seus produtos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e exporta para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central. O parque fabril é formado por seis unidades industriais localizados nos estados do Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (2). A Companhia presta serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves e suínos, com contratos firmados até dezembro de 2012 e também atua na produção de produtos industrializados, realizando a comercialização dos mesmos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e exporta para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e Américas do Sul e Central.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As informações contábeis individuais e consolidadas contidas nas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo que a Companhia adotou 01/01/2009 para transição às IFRS, preparando balanço patrimonial de abertura segundo os Pronunciamentos Contábeis aprovados pela CVM.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

As Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas Informações Trimestrais foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Informações Trimestrais Contábeis Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As Informações Trimestrais Consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Informações Trimestrais Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas Informações Trimestrais de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Informações Trimestrais Individuais

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente

Notas Explicativas

reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (International Financial Reporting Standards) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas foram:

(a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado; (b) o reconhecimento da receita de vendas e do custo de aquisição com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber e/ou a pagar de longo prazo e de curto prazo quando relevantes; (c) reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e o reconhecimento dos leasings financeiros pelo novo regramento societário no imobilizado; (d) a realização de testes de recuperabilidade dos ativos; (e) análise para identificar a relevância de uma eventual avaliação do imobilizado para determinação do custo atribuído na data de transição e a respectiva revisão da vida útil dos bens.

3.4 Estimativas Contábeis

A elaboração de Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As Informações Trimestrais da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.5 Moeda Funcional e de Apresentação das Informações Trimestrais

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de

Notas Explicativas

cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os Ativos e Passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de março de 2011, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.12 Ativos Biológicos

De acordo com a Deliberação CVM nº596/09, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do

Notas Explicativas

reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

3.13 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

3.14 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644 /10.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.16 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que

Notas Explicativas

possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.18 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.20 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços – Consolidado

A receita é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida, consolidada:

	31/03/2011		31/03/2010	
	Mercado Interno	Exportação	Mercado Interno	Exportação
Receita Bruta de produtos e serviços	20.235	19.572	24.494	6.855
(-) Impostos	(2.888)	(26)	(2.991)	-
(-) Devoluções	(85)	-	(41)	-
Receita Líquida de produtos e serviços	17.262	19.546	21.462	6.855

Notas Explicativas

3.21 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

4. Efeitos da Adoção Inicial das IFRS e dos Novos Pronunciamentos Emitidos pelo CPC

4.1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis da Companhia (controladora e consolidado) eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normativos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. No âmbito do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), a Companhia e suas controladas implementaram os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos ao longo do exercício de 2009, com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia e suas controladas, aplicaram a exceção obrigatória, prevista no CPC 37 R1 (IFRS 1), aprovado pela Deliberação CVM nº 647/10 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, com relação a aplicação retrospectiva relativamente a estimativas, as quais segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A

Notas Explicativas

Companhia e suas controladas não possuíam na data de transição de suas demonstrações contábeis as operações abrangidas pelas isenções opcionais de ajustes retrospectivos relacionadas no CPC 37 R1 (IFRS 1).

4.2 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações do IFRS

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas já existentes ainda não estão em vigor e, também, não foram adotadas antecipadamente. No entanto, a Administração não espera que a adoção destes possa provocar mudanças ou efeitos significativos nas Informações Trimestrais atualmente apresentadas.

- a) IFRS 1 (alterações)/CPC 37(R1) – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011. Alterações referentes a economias com fortes impactos hiper-inflacionários e remoção de datas fixas para primeiros adotantes, mudanças na política contábil no ano da adoção, base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost) e uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados;
- b) IFRS 7 (alterações)/CPC 40 – Instrumentos Financeiros. Apresentação: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de Janeiro de 2011. As alterações visam enfatizar a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com instrumentos financeiros. Resultante de propostas que foram definidas na minuta de alterações à IAS 39 e IFRS 7.
- c) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Classificação e mensuração de passivos financeiros e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Norma apresenta nova classificação e requisitos de medição de ativos financeiros que substituem a classificação e medição de requisitos previamente incluídos na norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros e novos requisitos para a classificação e mensuração dos passivos financeiros, de retirada de instrumentos financeiros, comprometimento e contabilidade de cobertura são esperados para ser adicionados ao IFRS 9, os quais provavelmente afetarão a contabilização da Companhia. Como resultado, a IFRS 9 acabará por ser um substituto completo para o IAS 39 - Instrumentos Financeiros.
- d) IAS 1 (alterações)/CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2011. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

- e) IAS 12 (alterações)/CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012. Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12, a alteração aborda aspectos relacionados a determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40.
- f) IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2011. A IAS foi revisada em decorrência da preocupação de que, na prática, a aplicação das atuais exigências de divulgação e atual definição de partes relacionadas podem ser difíceis de aplicar em ambientes com intenso controle do governo.
- g) IAS 34 (alterações)/CPC 21 – Demonstrações Contábeis Intermediárias: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2011. As alterações reforçam a necessidade de se apresentar as informações de eventos relevantes nas demonstrações contábeis mais recentes.
- h) IFRIC 19 - Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa Geral	-	-	4	6
Bancos Conta Movimento	3	13	426	853
Aplicações de Liquidez Imediata	1	-	1	-
Total	4	13	431	859

6. Clientes - Consolidado

Notas Explicativas

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Mercado interno	3.443	3.186
Mercado externo	6.929	4.285
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(545)	(369)
Total	9.827	7.102
(-) Saques negociados	-	(314)
(-) Faturamentos antecipados	(4.279)	(1.257)
(-) Títulos descontados	(2.297)	(923)
Saldo líquido de clientes	3.251	4.608

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Saques Negociados; Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

7. Estoques – Consolidado

	31/03/2011	31/12/2010
Produtos prontos	2.129	1.450
Produtos em elaboração	3.794	2.406
Matérias Primas	179	378
Materiais de embalagem	903	734
Materiais de manutenção	1.142	1.250
Subtotal	8.147	6.218
Custo de entrega	2.874	1.000
Total	11.021	7.218

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, ocorreu à postergação do reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque no balanço de abertura e também para os períodos encerrados em 31/03/2011 e 31/12/2010 o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

Notas Explicativas**8. Impostos a Recuperar – Consolidado**

Circulante	31/03/2011	31/12/2010
IRRF a recuperar	5	5
IRPJ a recuperar	1.809	4.473
CSLL a recuperar	673	1.664
PIS e COFINS s/ outras receitas	-	1.070
PIS e COFINS a compensar	939	62
ICMS a recuperar	7.856	7.028
PIS e COFINS recuperação de crédito	702	-
ICMS Crédito Imobilizado	2.106	1.841
(-) Provisão para perda	(375)	-
Total	13.715	16.143

Não Circulante	Ref.	31/03/2011	31/12/2010
PIS e COFINS s/ recuperação de créditos		775	-
IRPJ s/prejuízos fiscais a recuperar	b)	14.840	13.922
CSLL s/ prejuízos fiscais a recuperar	b)	5.499	5.169
Crédito Prêmio IPI s/ exportações	a)	14.406	16.135
Total		35.520	35.226

a) Crédito Prêmio IPI

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de março de 2011.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 01/01/2009	82.122	83.865	20.531	7.548
Prejuízo fiscal em 31/12/2009	185.562	185.562	46.391	16.701
Uso em parcelamentos fiscais				
Lei 11.941/2009	(110.831)	(110.831)	(27.708)	(9.975)
MP 470/2009	(63.159)	(63.159)	(15.790)	(5.684)
Saldo em 31/12/2009	93.694	95.437	23.424	8.589
Prejuízo fiscal em 31/12/2010	27.707	27.707	6.927	2.494
Uso em parcelamentos fiscais				
Lei 11.941/2009	(68.832)	(68.832)	(17.208)	(6.195)
Saldo em 31/12/2010	52.569	54.312	13.142	4.888
Uso - Lucro Real Atividade Geral em 31/01/2011	(780)	(780)	(195)	(70)
Uso - Lucro Real Atividade Rural em 31/01/2011	(169)	(169)	(42)	(15)
Prejuízo fiscal em 31/03/2011	4.619	4.619	1.155	416
Saldo em 31/03/2011	57.188	58.931	14.060	5.218

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Provisão para Contingencias	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 01/01/2009	2.208	552	199
Constituição de Provisões	55.279	13.820	4.975
Saldo em 31/12/2009	57.487	14.372	5.174
Reversão de Provisões	(54.679)	(13.670)	(4.921)
Constituição de Provisões	315	78	28
Saldo em 31/12/2010	3.123	780	281
Saldo em 31/03/2011	3.123	780	281

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/03/2011	14.840	5.499

Notas Explicativas

Conforme as projeções de resultados realizadas pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os saldos remanescentes de Imposto de Renda e de Contribuição Social diferidos serão utilizados com os seguintes lucros tributáveis:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Valores - R\$ Mil	6.487	12.210	23.154	41.382	34.267	39.996	32.099	32.689	222.284
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valores - R\$ Mil	32.294	32.025	32.077	32.072	31.917	31.823	31.773	31.697	255.678
Total Geral									477.962

9. Investimentos em Controladas

Em 31/03/2011 a Companhia é controladora das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,9846%	99,9947%	
Saldo do investimento em 31/12/2010	-	-	-
(-) Reversão provisão p/ perda investimentos	(11.248)	(1.398)	(12.646)
+/- Resultado de equivalência patrimonial	(4.725)	(401)	(5.126)
+/- Outros resultados abrangentes	1.152	56	1.208
+ Constituição provisão p/ perda investimentos	14.821	1.743	16.564
Saldo do investimento em 31/03/2011	-	-	-

10. Ativos Biológicos - Consolidado

De acordo com a Deliberação CVM nº 596/09, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, não valorizou seus ativos biológicos a valor de mercado em virtude de que este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los não são, claramente, confiáveis. Em tal situação, conforme a Deliberação CVM nº 596/09, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

Notas Explicativas

Descrição	Taxa Deprec. a.a.	31/03/2011			31/12/2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aves Postura	87,00%	678	(464)	214	277
Total		678	(464)	214	277

11. Imobilizado e Intangível – Consolidado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, em 31/03/2011 possuía o seguintes saldos de Imobilizado e Intangível assim distribuídos:

	Taxa Depreciação % a.a.	31/03/2011			31/12/2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e Periféricos	33,33%	2.391	(2.065)	326	409
Maquinas e Equipam	5,00% - 6,67%	81.832	(39.894)	41.938	40.986
Moveis Utensilios	8,33%	8.146	(4.229)	3.917	3.853
Veiculos	20,00%	1.390	(1.021)	369	395
Terrenos	0,00%	21.650	-	21.650	21.650
Prédios	2,50%	85.515	(23.630)	61.885	62.061
Imobilizações em Andamento	-	44	-	44	43
Outros	0,00%	12	(7)	5	5
Subtotal Imobilizado		200.980	(70.846)	130.134	129.402
Intangível		289	(80)	209	213
Total		201.269	(70.926)	130.343	129.615

Notas Explicativas

➤ Custo

Custo de Aquisição	31/12/2010				Saldo em
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2011
Computadores e Periféricos	2.376	15	-	-	2.391
Maquinas e Equipam	80.134	1.698	-	-	81.832
Moveis Utensilios	7.997	153	-	-	8.146
Veiculos	1.390	-	-	-	1.390
Terrenos	21.650	-	-	-	21.650
Prédios	85.370	146	-	-	85.515
Imobilizações em Andamento	43	1	-	-	44
Outros	12	-	-	-	12
Subtotal Imobilizado	198.972	2.013	-	-	200.980
Intangível	287	2	-	-	289
Total	199.259	2.015	-	-	201.269

➤ Depreciação

Depreciação	31/12/2010				Saldo em
	Saldo	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2011
Computadores e Periféricos	(1.967)	(98)	-	-	(2.065)
Maquinas e Equipam	(39.148)	(746)	-	-	(39.894)
Moveis Utensilios	(4.144)	(85)	-	-	(4.229)
Veiculos	(995)	(26)	-	-	(1.021)
Terrenos	-	-	-	-	-
Prédios	(23.309)	(321)	-	-	(23.630)
Imobilizações em Andamento	-	-	-	-	-
Outros	(7)	-	-	-	(7)
Subtotal Imobilizado	(69.570)	(1.276)	-	-	(70.846)
Intangível	(74)	(6)	-	-	(80)
Total	(69.644)	(1.282)	-	-	(70.926)

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.241)	(5.701)
Despesas Administrativas	(39)	(126)
Despesas com Vendas	(2)	(12)

Notas Explicativas

Total	(1.282)	(5.839)
--------------	----------------	----------------

Em 31/03/2011, há um total de R\$ 118, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de passeio	36 meses	118

12. Instituições Financeiras – Consolidado

						31/03/2011	
Instituição Financeira	Ref	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante		
Banrisul S/A – ACC		U\$ + 6,8% a.a.	jun/11	3.471	-		
Banrisul S/A – CCI	(a)	CDI +4,03% a.a	mar/11	71	-		
Banrisul S/A – CCI	(a)	CDI +6,17% a.a.	dez/11	2.545	-		
Banco Sofisa	(b)	CDI + 1,1% a.m.	dez/12	1.390	1.043		
Bicbanco S/A – Giro		CDI +1,3% a.m.	ago/12	3.041	1.204		
Daycoval S/A – CCB		2,2% a.m.	jan/11	150	-		
Outras – Limite Crédito		-	-	253	168		
Acordos Bancários	(c)	TR +0,7% a.m.	mar/21	1.125	4.184		
Reaver		TJLP+6,5% a.a.	05/2005	9.241	-		
Total				21.287	8.041		

Descrição	Ref.	Encargos	Vencimento	31/12/2010	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		U\$ + 6,8% a.a.	jun/11	3.147	-
Banrisul S/A – CCI	a)	CDI +4,03% a.a.	mar/11	182	-
Banrisul S/A – CCI	a)	CDI +6,17% a.a.	dez/11	2.534	-
Banco Sofisa	b)	CDI + 1,1% a.m.	dez/12	1.395	1.395
Bicbanco S/A – Giro		CDI +1,3% a.m.	ago/12	2.909	1.806
Daycoval S/A – CCB		2,2% a.m.	jan/11	31	-
Outras – Limite Crédito		-	-	1.419	-
Acordos Bancários	c)	TR +0,7% a.m.	mar/21	1.620	5.580
Arrendamento Mercantil			jul/13	66	184
Caixa RS – Reaver		TJLP+6,5% a.a.	mai/05	8.966	-
Totais				22.269	8.965

Notas Explicativas

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011;
- c) A operação Caixa RS - Reaver encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) das controladas e avais dos administradores. A Administração vem envidando esforços para a repactuação do saldo devedor.

13. Fornecedores - Consolidado

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Fornecedor- Nacional	15.672	15.070
(-) AVP - Fornecedores	(76)	(18)
Total	15.596	15.052

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 1,16% ao mês.

14. Fornecedores de Ativo Fixo - Consolidado

Os fornecedores de ativo fixo referem-se a recursos contratados com terceiros para investimentos em ativos fixos, com as seguintes características e condições:

Encargos	Circulante	
	31/03/2011	31/12/2010
2,0%am	-	24
1,5%am	-	43
Fornec. Quirografários	405	404
CDI	1.673	1.630
CDI +6,0%aa	4.727	4.743
Total	6.805	6.844

Encargos	Não Circulante	
	31/03/2011	31/12/2010
CDI +6,0%aa	3.304	4.501
Total	3.304	4.501

Notas Explicativas**15. Salários a Pagar e Provisões****Controladora**

Descrição	31/03/2011	31/12/2012
Salários / Pró labore a pagar	109	89
Total	109	89

Notas Explicativas

Consolidado

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Provisão de férias	4.481	4.928
Provisão de 13º salário	782	-
Salários/Pro labore a pagar	1.405	1.395
Rescisões a pagar	179	410
Outras obrigações a pagar	1.039	1.145
Total	7.886	7.878

16. Impostos, Taxas e Contribuições

a) Circulante – Controladora

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Impostos a recolher – Circulante		
IRRF a recolher	278	275
FGTS a recolher	31	32
INSS a recolher	283	266
PIS, COFINS e CSLL a recolher	51	33
Outros	11	-
Sub-total	654	606
Parcelamento Lei 11.941/2009	169	169
Sub-total	169	169
Total	823	775

b) Circulante - Consolidado

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Impostos a recolher – Circulante		
ICMS a recolher	1.769	19.832
Impostos retidos sobre serviços	5	123
IRRF a recolher	470	434
FGTS a recolher	5.451	5.441
INSS a recolher	5.282	5.225
PIS e COFINS a recolher	-	33
Provisão p/ IRPJ e CSLL	617	-
PIS / COFINS e CSLL - Retenção fonte	104	-
FUNRURAL a recolher	12	9
Outras contribuições a recolher	93	51

Notas Explicativas

Sub-total	13.710	31.148
Parcelamento Lei 11.941/2009	451	451
ICMS – RS	116	114
ICMS - SP	364	341
ICMS - SC Notificação	17	17
FGTS	130	127
SESI/SENAI	192	189
IPTU	-	1
Sub-total	1.363	1.240
Total	15.073	32.388

c) Não Circulante - Controladora

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Parcelamento Lei 11.941/2009	205	233
Total	205	233

d) Não Circulante – Consolidado

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Parcelamento Lei 11.941/2009	74.237	74.381
ICMS – RS	106	133
ICMS - SP	1.276	1.299
ICMS - SC Notificação	62	65
ICMS – SC Parcelamento	13.461	-
INSS	1.253	
FGTS	1.099	1.115
SESI/SENAI	389	412
Total	91.883	77.405

Notas Explicativas

17. Impostos Diferidos a Recolher

a) Circulante

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
Total	454	454

b) Não Circulante

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
IRPJ diferido s/custo atribuído	11.705	11.789
CSLL diferido s/custo atribuído	4.214	4.244
Total	15.919	16.033

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração dos Administradores

A Companhia fixou em até R\$ 50 mil reais mensais a remuneração de seus administradores, em Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 16 de junho de 2010. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 100 mil reais a remuneração global mensal dos administradores para o exercício de 2010 conforme Assembléia Geral Ordinária nesta mesma data.

No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (FGTS e INSS) aberto por Controladora e Consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Conselho de Administração	69	92	69	92
Diretoria Executiva	13	13	208	208

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores no primeiro trimestre de 2011.

b) Operações de Mútuo

Controladora	31/03/2011	31/12/2010
Ativo Circulante		
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	2.602	2.597
Subtotal	2.602	2.597

Notas Explicativas

Ativo Não Circulante		
Le Monde Particip. E Administr. Ltda	5.281	5.886
Diretores e Acionistas	4	4
Subtotal	5.285	5.900
Total	7.887	8.498

Consolidado	31/03/2011	31/12/2010
Ativo Não Circulante		
Le Monde	5.580	5.580
Diretores e acionistas	4	4
Total no ativo	5.584	5.584
Passivo Não Circulante		
Le Monde Particip. E Administr. LTDA.	5.294	263
Ind. Alimentos Arroio do Meio	3.391	-
SSJ Particip e Representações	1.695	-
Viturugo Rinaldi de Miranda	1.100	-
Diretores e Acionistas	-	2.593
Outros	31	-
Total	11.511	2.856

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Sobre os contratos de mútuos incidem juros de 0,5% a 1% ao mês mais taxa CDI.

19. Provisão para Contingências - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões encontram-se em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de março de 2011, a Companhia apresenta as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos Judiciais		Provisão Contingências	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Conting. Trabalhistas	1.039	956	2.805	2.806
Conting. Administrativas	-	-	-	-
Conting. Tributárias	1	1	39	38
Conting. Cíveis	22	13	278	278
Total	1.062	970	3.122	3.122

Notas Explicativas

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e MP 470/09, convertida na Lei nº 12.249/10. Com a adesão à MP 470/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia o ofereceu a tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível totalizam R\$ 4.913 mil (igual valor em 31/12/2010), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

20. Crédito Prêmio de IPI Exportação

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a Companhia procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006, e promoveu a liquidação de débitos resultantes de compensações conforme permitido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 470 de 13 de outubro de 2009 mediante a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL como moeda.

O saldo de R\$ 14.406 no Ativo, decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF, mantidas algumas compensações de tributos federais, referente exercícios anteriores. A Companhia através de seus assessores jurídicos, efetuou recursos administrativos e está propondo medidas judiciais para obter o reconhecimento do direito de compensação, cujo êxito considerado plenamente possível, pois decorre de coisa julgada. As compensações referentes a exercícios anteriores que não foram mantidas, foram objeto da MP470/2009.

Apesar do pronunciamento formal da Receita Federal do Brasil ocorrido em 04/09/2009, através do Parecer/DRF/SCS/SAORT nº 126/09, a Companhia, tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a companhia.

Diante da segurança jurídica que atualmente envolve a questão, e das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2009, item 35, a empresa considera que através das compensações já efetuadas está obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

Notas Explicativas

A Companhia Minuano procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 31 de março de 2011, um saldo de R\$ 14.406 (R\$ 16.135 em 31 de dezembro 2010), registrados no ativo não circulante. A Companhia utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

Período	Descrição	31/03/2011	31/12/2010
2000	Compensação com Refis	-	-
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879
2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS/Tributos Federais	1.729	-
Total		43.345	41.616

21. Programas de Parcelamentos Fiscais - Consolidado

a) Medida Provisória nº 470/2009

A controlada Cia. Minuano formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões, aguardando consolidação pelos órgãos competentes, estando a mesma prevista para ocorrer ao longo do ano de 2011.

b) Lei nº 11.941/2009

A controlada Cia. Minuano formalizou em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados em 30 de setembro de 2009. Nos meses de março de 2010 e junho de 2010 foi optado pela

Notas Explicativas

Minuano em incluir novos débitos fiscais no parcelamento, sendo seus benefícios econômico-financeiros incluídos no parcelamento durante o ano de 2010.

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Passivos Tributários objeto da Lei 11.941/2009	74.832	74.832
(-) Reduções da Lei 11.941/2009	(12.134)	(12.134)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(23.576)	(23.576)
(=) Valor Passivos Tributários após Reduções e utilização do Prejuízo Fiscal	43.648	43.648
(+) Juros SELIC acumulados	31.040	31.184
Total	74.688	74.832

O valor dos Passivos Tributários correspondentes ao Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/09 foi acrescido de juros correspondentes a variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e as parcelas mínimas, antes da consolidação deste programa, estão sendo recolhidas mensalmente num valor aproximado de R\$ 37 mil. O montante total atualizado da dívida objeto do parcelamento é de R\$ 74.688 mil, a pagar em 31/03/2011, com opção de parcelamento em 180 meses, cujo aguarda consolidação pelos órgãos competentes.

22. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 30 de junho de 2011, é de R\$ 49.107 mil representado por 405.720.000 (quatrocentas e cinco milhões, setecentas e vinte mil) ações ordinárias. Não houve alterações estatutárias que culminaram em variações no Capital Social.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado à custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Neste ano de 2011, em virtude do prejuízo apurado, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indiretas), ocorrido no ano de 2011. A variação no percentual de participação gerou a correção nos valores de participação da Companhia nos saldos de patrimônio de suas controladas.

23. Cobertura de Seguros - Consolidado

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2011	31/12/2010
Incêndio, Raio e Explosão	35.000	35.000
Vendaval e Granizo	6.000	6.000
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	9.580	9.580
Lucros Cessantes	7.000	7.000
Estoques	1.000	1.000

Em 28/02/2011 foram renovadas todas as apólices de seguro da controlada indireta.

24. Instrumentos Financeiros e Derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

Notas Explicativas

- a) **Risco de Crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem descontados através das linhas de descontos de títulos mantidas pela Companhia;
- b) **Risco de Preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;
- c) **Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia, ou suas controladas, virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é pequeno, pois uma pequena parte das receitas (20%, aproximadamente) é decorrente de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia e suas controladas não operam com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;
- d) **Risco de Taxas de Juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado.

A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de março de 2011.

25. Custo e Despesas por Natureza – Consolidado

	31/03/2011		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	12.844	-	-
Materiais de embalagem	2.153	-	-
Salários incorridos	7.585	143	441
Honorários incorridos	-	-	300
Encargos sociais incorridos	3.075	49	212
Férias e 13º salário incorridos	401	-	18
Benefícios a empregados	1.670	21	35
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	72	4	279
Equipamento de proteção individual	253	-	-
Consultorias e assessorias	1.076	4	1.051
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	1.120	157	17
Energia elétrica	2.270	-	19

Notas Explicativas

Materiais de limpeza	214	-	-
Telefonia e transmissão de dados	41	139	34
Combustíveis e lubrificantes	469	-	9
Comissões sobre vendas	-	30	-
Viagens e estadias	50	20	104
Taxas e encargos legais	41	11	72
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	11	-
Frete rodoviários e marítimos	466	1.064	-
Custos aduaneiros de exportação	-	285	-
Publicidade e propaganda	-	11	82
Análises laboratoriais	91	-	-
Provisões para contingências/PCLD	96	-	176
Honorários sucumbenciais	-	-	45
Depreciações	1.285	2	39
Locações/Aluguéis	76	-	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	2	-
Seguros	14	1	17
Outros gastos	662	973	82
Total das despesas por natureza	36.024	2.927	3.032

	31/03/2010		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	5.083	-	-
Materiais de embalagem	1.150	-	-
Salários incorridos	7.298	122	389
Honorários incorridos	-	-	429
Encargos sociais incorridos	2.649	50	206
Férias e 13º salário incorridos	380	2	18
Benefícios a empregados	1.280	13	56
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	40	3	294
Equipamento de proteção individual	229	-	-
Consultorias e assessorias	653	11	637
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	1.142	10	61
Energia elétrica	2.369	-	17
Materiais de limpeza	221	-	-
Telefonia e transmissão de dados	44	11	22
Combustíveis e lubrificantes	482	27	9
Comissões sobre vendas	-	53	-
Viagens e estadias	6	7	37
Taxas e encargos legais	49	34	24

Notas Explicativas

Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	49	-
Fretes rodoviários e marítimos	117	948	-
Custos aduaneiros de exportação	-	90	-
Publicidade e propaganda	-	8	20
Análises laboratoriais	83	-	-
Provisões para contingências/PCLD	-	-	319
Honorários sucumbenciais	-	-	-
Depreciações	1.398	1	30
Locações/Aluguéis	89	-	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	96	-
Seguros	32	2	32
Outros gastos	85	5	11
Total das despesas por natureza	24.879	1.542	2.611

26. Outras Receitas / Outras Despesas Operacionais - Consolidado

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Outras Despesas	(5.215)	(524)
Encargos incorridos em passivos fiscais	(5.004)	(324)
Despesas gerais incorridas	(119)	(6)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(92)	(194)
Outras Receitas	6.813	384
Ganhos obtidos com parcelamentos fiscais	4.488	113
Créditos tributários	2.119	7
Receitas gerais auferidas	181	4
Receita de venda de imobilizado	25	260
Resultado, líquido	1.598	(140)

27. Resultado Financeiro – Consolidado

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receitas financeiras	490	609
Variações cambiais ativas	353	217
Descontos financeiros obtidos	50	280
Juros ativos sobre impostos	-	112
Outras receitas financeiras	87	-

Notas Explicativas

Despesas financeiras	(3.550)	(4.573)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.132)	(1.268)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(386)	(333)
Variações cambiais passivas	(517)	(173)
Descontos financeiros concedidos	(5)	-
Impostos sobre operações financeiras	-	-
Juros incidentes sobre impostos a pagar	(764)	(1.090)
Deságios na transferencia de créditos tributários	-	-
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(285)	(1.123)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(317)	(411)
Outras despesas financeiras	(144)	(175)
Resultado financeiro, líquido	_____(3.060)	_____(3.964)

28. Informações por Segmento - Consolidado

A Companhia, através de suas controladas, atua em três segmentos distintos, a saber:

- a)** Serviços de industrialização: Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos com a prestação de serviços de industrialização a terceiros através das unidades de abate e desossa de aves, produção de rações, criação de matrizes e incubatório de ovos mantidos pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.
- b)** Embutidos e Industrializados (Carne e Ovos): Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de embutidos (patês, fiambres, preparados de carnes) e ovos;
- c)** Frigorífico: A partir do mês de setembro de 2010, a Minuano, sua controlada indireta, retornou, após longo período de ausência, ao abate e desossa de aves através de integração própria, estando neste segmento, os resultados obtidos entre setembro e dezembro de 2010.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia:

	Serviços de Industrialização		Embutidos e Industrializados (Carnes e Ovos)		Frigorífico (Industrialização Aves)		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	12.994	16.754	14.050	14.619	12.764	-	-	-	39.808	31.349
Impostos e devoluções	(1.379)	(1.691)	(1.594)	(1.365)	-	-	-	-	(2.973)	(3.032)
RECEITA LÍQUIDA	11.303	15.160	12.456	13.254	12.764	-	-	-	36.835	28.317
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(11.164)	(14.296)	(10.842)	(10.583)	(14.018)	-	-	-	(36.024)	(24.879)
LUCRO BRUTO	451	767	1.614	2.671	(1.254)	-	-	-	811	3.438
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			52,40%		47,60%					
Despesas com vendas	-	-	(1.534)	(1.542)	(1.393)	-	-	-	(2.927)	(1.542)
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(3.032)	(2.611)	(3.032)	(2.611)
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	(5.215)	(524)	(5.215)	(524)
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	6.813	384	6.814	384
Resultado adesões de parcelamentos especiais	-	-	-	-	-	-	193	671	193	670
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	451	767	80	1.129	(2.647)	-	(1.434)	(2.751)	(3.356)	(185)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	490	609	490	609
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(3.551)	(4.573)	(3.551)	(4.573)
RESULTADO FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	(3.061)	(3.964)	(3.061)	(3.964)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	451	767	80	1.129	-	-	(4.495)	(6.715)	(6.417)	(4.149)
Imposto de Renda e Contr. Social Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	(939)	-
Imposto de Renda e Contr. Social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.570	(18.591)
RESULTADO ANTES DA PART. NÃO CONTROLADORES									(5.786)	(22.740)
Participação dos não controladores									(10)	(857)
Participação dos controladores									(5.776)	(21.883)

Notas Explicativas

29. Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

a) Movimentação do número de ações

Quantidade de Ações em 31/12/2010	405.720.000
+ Subscrições ocorridas em 2011	-
Quantidade de Ações em 31/03/2011	405.720.000

Durante o primeiro trimestre deste ano, não houve alterações na quantidade de ações emitidas pela Companhia.

b) Resultado por ação

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 31/03/2011	405.720.000
Resultado do exercício – em R\$ mil	(5.786)
Resultado por ação básico e diluído	(0,01426)

30. Reconciliação da Apuração do IRPJ e da CSLL Diferidos

Abaixo, segue quadro que apresenta a reconciliação do IRPJ e da CSLL que a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém os créditos fiscais decorrentes destas bases devidamente registrados como seus ativos.

	31/03/2011	31/12/2010
Resultado antes do IR/CSL	(5.761)	(18.735)
<u>+ Adições</u>		
Realização da Reserva de Reavaliação	-	229
Adições temporárias diversas	2.217	6.400
Adições permanentes diversas	10.692	2.095
<u>(-) Exclusões</u>		
Reversão de adições temporárias	(1.836)	(4.119)

Notas Explicativas

Exclusões permanentes	(9.931)	(13.577)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social	(4.619)	(27.707)
Alíquota - 34%		
Saldo de IR/CSL Diferido decorrente de Prej. Fiscal	1.570	9.420
+/- Movimentação do IR/CSL Diferido Ativo		
Decorrente de Provisões para Contingências		107
Decorrente de Prejuizos Fiscais	1.570	-
Decorrente de Parcelamentos Fiscais		(18.590)
Saldo de IR/CSL Diferido registrado no resultado	1.570	(9.063)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Minupar Participações S.A
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas

Em 29/06/2011 a controlada Companhia Minuano de Alimentos teve consolidado o parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, sendo que a mensuração dos valores apurados pela Receita Federal do Brasil resultou em uma divergência a maior de R\$ 35.812 em relação aos registros contábeis da controlada. Contudo, diante do Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, a Receita Federal do Brasil revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009, e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal. Ato contínuo a controlada requereu o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo, bem como o reconhecimento de compensações de débitos fiscais efetuadas anteriormente. Desta forma, a exata mensuração dos valores do citado parcelamento, depende dos efeitos decorrentes do contido no citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 no Requerimento da Controlada.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos referentes ao assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3.2 as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Minupar Participações S/A. “Companhia”, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 36.884 mil referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os

assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 20); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 22.480. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31/03/2011 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009 e Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos referentes ao assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 14 de outubro de 2011.

DRS Auditores
CRC-RS nº 4.230

Roberto José Fidryszewski
CRC/RS 36.593
Sócio Responsável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE MARÇO DE 2011

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que:

- (a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela DRS Auditores, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2011, e
- (b) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2011.

Lajeado, 14 de outubro de 2011.

Décio José Schnack
Diretor e Diretor de Relações com Investidores
C.P.F.: 005.139.700-53

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE MARÇO DE 2011

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que:

- (a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela DRS Auditores, relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2011, e
- (b) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2011.

Lajeado, 14 de outubro de 2011.

Décio José Schnack
Diretor e Diretor de Relações com Investidores
C.P.F.: 005.139.700-53